

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 9, Número 1, Maio de 2020

**Os últimos 30 anos na política mundial:
o que mudou?**

Francis Fukuyama

O fim da história revisitado

Yascha Mounk

**Os iranianos se afastam da
República Islâmica**

Ladan Boroumand

Uma Índia iliberal?

Sumit Ganguly

**Eleições Municipais:
o que 2020 nos reserva?**

Humberto Dantas

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / PlanoBWeb

Journal of Democracy em Português, Volume 9,
Número 1, São Paulo, Maio de 2020
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em janeiro de 2020, o *Journal of Democracy* completou 30 anos de existência. Para marcar a data, publicou artigo de Francis Fukuyama em que o diretor do Centro de Estudos sobre Democracia da Universidade Stanford analisa o que mudou na política mundial nas últimas três décadas, e como essas mudanças se refletiram nas páginas da publicação.

“O Muro de Berlim havia acabado de cair e nas décadas seguintes houve um grande avanço democrático. (...) Atualmente, vivemos o que Larry Diamond chama de recessão democrática, que pode se transformar em uma depressão generalizada. As páginas do *Journal* refletiram tal mudança, indo de um otimismo cauteloso a uma preocupação crescente diante do surgimento de novas ameaças à democracia”, escreve o autor.

No segundo artigo desta edição do *Journal em Português*, Yascha Mounk revisita o célebre ensaio de Fukuyama *O Fim da História* (1989). “Na medida em que as certezas de outrora se dissiparam pelo ar, virou moda generalizar os acontecimentos políticos recentes como ‘o fim do fim da história’. (...) Mas, embora haja hoje uma forte razão para acreditar que as contradições da democracia liberal vão muito além do que se havia pensado, ainda é cedo para dizer se os populistas serão capazes de construir regimes políticos nos quais essas tensões sejam menos severas”, escreve o professor da Universidade John Hopkins.

Ambos os textos foram escritos e publicados originalmente em inglês antes do início da pandemia do Novo Coronavírus, cujos efeitos nas sociedades, na política nacional e internacional e nas economias domésticas e global só serão sentidos e avaliados a médio prazo.

Também é este o caso do terceiro artigo, escrito por Ladan Boroumand (Centro pelos Direitos Humanos no Irã) no final do ano

passado, quando o regime dos aiatolás reprimiu brutalmente protestos em mais de 80 cidades iranianas, causando mais de 200 mortos. “Nas últimas quatro décadas, a República Islâmica do Irã tem sido o crivo do terceiro maior desafio ideológico do mundo (após o fascismo e o comunismo): um ataque contínuo e persistente à democracia liberal. (...) Mas cada vez mais a sociedade iraniana demanda liberdade e, se esse movimento for bem sucedido, poderá dar força à causa liberal-democrática global”, disse.

O quarto texto, de Sumit Ganguly (Universidade de Indiana), analisa os sinais preocupantes do surgimento de uma Índia iliberal, sob o comando do premiê Narendra Modi, do BJP (partido ligado ao movimento nacionalista hindu). “A Índia sobreviveu enquanto um Estado funcional, embora caótico, por conta de seu comprometimento (ainda que falho e parcial) com a democracia liberal. Desmontar esse alicerce e abandonar o ideal de igualdade perante a lei em nome da utopia nacionalista hindu do BJP traria consequências perturbadoras”, afirma.

Em artigo inédito, o cientista social Humberto Dantas (USP) se propõe a oferecer “uma visão abrangente e empiricamente fundamentada” das eleições para prefeito e vereador no Brasil, realizadas sempre dois anos depois (ou antes) das eleições nacionais. Em 2020, o primeiro turno está marcado para 4 de outubro, mas ainda não se sabe se será necessário adiá-lo em função da pandemia de Covid-19.

“Compreender o impacto das eleições municipais sobre os pleitos estaduais e federais seguintes, bem como entender inversamente como tais disputas influenciam as corridas municipais, é assunto que tem desafiado a ciência política. Uma coisa se sabe: a conjuntura política gerada por uma disputa eleitoral não necessariamente persistirá na próxima”, escreve o autor.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Os iranianos se afastam da República Islâmica*

Ladan Boroumand

Ladan Boroumand é cofundadora e pesquisadora sênior do Centro Abdorrahman Boroumand pelos Direitos Humanos no Irã. Atualmente escreve um livro sobre as mudanças sociais importantes que estão acontecendo na República Islâmica do Irã.

Há pouco mais de quatro décadas, quando um clérigo muçulmano xiita chamado Aiatolá Ruhollah Khomeini surgiu no Irã e no cenário político mundial como chefe de um projeto teológico-político sem precedentes, poucas pessoas no Ocidente perceberam que estavam testemunhando o nascimento de um novo concorrente ideológico da visão de mundo liberal-democrática. Por décadas após Khomeini lançar sua revolução islâmica no Irã, os Estados liberais-democráticos do mundo não foram capazes de perceber que o radicalismo islâmico era uma ameaça ideológica direta, muito embora, desde sua concepção, o regime tenha declarado que seu principal inimigo era a democracia ocidental.¹

Durante essas décadas decisivas, o islamismo, em suas várias formas, espalhou-se pelo mundo e, atualmente, tem como alvo a democracia liberal e seus valores no coração das democracias ocidentais. Além disso, o medo do islamismo (e da imigração como sua propagadora) abriu o caminho para o ressurgimento de movimentos naciona-

* Publicado originalmente como “Iranians turn away from the Islamic Republic”, *Journal of Democracy*, Volume 31, Número 1, January 2020. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

listas iliberais nas democracias ocidentais, permitindo que demagogos ganhassem influência e, por vezes, vencessem eleições. Até mesmo o ressurgimento do autoritarismo na Rússia foi justificado a partir da evocação dos males que um islamismo violento poderia provocar, como ficou evidente no massacre numa escola de Beslan em 2004.

É no Irã que o islamismo — ou, ao menos, uma vertente dele — mostrou-se capaz de prover a base para um projeto político de longa duração. Em fevereiro de 2019, a República Islâmica do Irã celebrou seu quadragésimo aniversário. Foi a República Islâmica que começou a exportar a ideologia islâmica por meio de uma vasta rede de propaganda, bem como a fornecer armas, treinamento e dinheiro (grande parte do qual desviado das exportações de petróleo do Irã) para uma miríade de grupos terroristas islâmicos, tanto xiitas quanto sunitas.²

As vitórias expansionistas da República Islâmica no “Sudoeste Asiático” foram alguns dos feitos do sucessor de Khomeini, o Líder Supremo Ali Khamenei, celebrado no quadragésimo aniversário do regime. Mas as demonstrações em massa contra a República Islâmica e sua influência que surgiram no Iraque e no Líbano em outubro de 2019, e depois no próprio Irã em novembro, lançaram uma forte luz sobre uma realidade bem menos gloriosa para o regime iraniano e sua ideologia islâmica totalitária. Enquanto as pessoas do Iraque e do Líbano pedem o fim da intervenção do Irã nos assuntos internos de seus países, os iranianos estão demandando a dissolução do regime clerical, incluindo frases como “morte ao ditador!”.

No momento em que este texto estava sendo escrito, em dezembro de 2019, a repressão brutal das manifestações dentro do Irã pelo regime havia, de acordo com estimativas conservadoras, matado mais de duzentas pessoas. Essas manifestações foram uma reprise de protestos que haviam irrompido por todo o país no fim de 2017 e que continuaram até agosto de 2018. A recorrência de intensos protestos popula-

res menos de dois anos depois indica que, dentro do Irã, a República Islâmica não apenas falhou ao promover a ideia de Khomeini de uma sociedade islâmica virtuosa, mas, de fato, enfrenta uma rejeição generalizada de sua ideologia.

Em comum com outros islâmicos, Khomeini afirma que o Alcorão, o livro sagrado do Islã, e a Suna, suas tradições proféticas, são fontes de uma ampla legislação que é diretamente aplicável em qualquer momento a todas as sociedades humanas.³ Khomeini concebeu seu projeto teológico-político para curar o que via como a corrupção das sociedades muçulmanas ocidentalizadas e para estabelecer o reino de Deus na Terra.⁴ Khomeini negou a identidade nacional iraniana, preferindo substituí-la pelo conceito islâmico de *umma*, a comunidade transnacional de fiéis.

A pedra fundamental de seu projeto era a doutrina *velayat-e faqih*, que significa a tutela (suprema) do jurista islâmico. Um *faqih* é um especialista em direito islâmico. Khomeini declarou que Deus havia designado o *faqih* de mais alto escalão para agir como sucessor de Maomé, reverenciado pelos muçulmanos como o último e mais importante dos profetas, em todas as matérias — incluindo política e governo. A supremacia absoluta do jurista islâmico é a base para o cargo de líder supremo da República Islâmica do Irã, um cargo que, por definição, rebaixa os cidadãos ao status de menores e nega a soberania popular. Khomeini seria o primeiro a ocupar o cargo.

Em sua forma tradicional, o conceito de *velayat-e faqih* possuía um alcance modesto. Aplicava-se a questões sociais específicas, como a gestão de certos tipos de propriedade e o cuidado de órfãos e de pessoas sem uso pleno de suas faculdades mentais. Essa tutela limitada não era um mandato geral para governar. O sistema político instaurado pelo Aiatolá Khomeini é algo completamente diferente, já que no centro está um clérigo “guardião” absolutamente supremo supervisionando a sociedade como um todo. Esse sistema segue sendo contro-

verso nos níveis mais altos do Islã xiita. De fato, a maioria dos grandes aiatolás nunca aceitaram a absolutização da guarda por Khomeini e se recusam até hoje a aceitar sua afirmação de que a autoridade clerical se estende aos assuntos da política.⁵

Khomeini: sofisma e usurpação

O talento de Khomeini era o de pegar sua controversa versão expandida de uma prerrogativa clerical tradicional e combiná-la com uma ideologia revolucionária moderna profundamente influenciada pelo leninismo. O amálgama não teria sido bem-sucedido sem sofisma jurisprudencial e usurpação religiosa. O sofisma foi a transformação perversa por Khomeini da prerrogativa civil limitada da tutela clerical em uma prerrogativa política extensa e absoluta. A usurpação foi tomar para si o título de “imã”.

Na tradição xiita, os imãs são doze sucessores infalíveis e imaculados da autoridade profética de Maomé, que lhe foi dada por Deus. Para o desespero do *establishment* xiita tradicional, o fundador da República Islâmica adotou o título de “Imã” Khomeini, colocando-se, portanto, no mesmo nível dos doze imãs. Por meio dessa usurpação, ele transformou o relacionamento pessoal entre um guia espiritual escolhido e seus seguidores em algo político — a completa obediência de um povo a seu líder carismático.

A capacidade de Khomeini de juntar esses elementos em uma ideologia político-religiosa totalitária ajudou-o a atrair uma gama de seguidores diversos com objetivos e ideias diferentes. Todas essas pessoas projetaram suas aspirações mutuamente incompatíveis em Khomeini. Jovens radicais, inspirados por Che Guevara, Fidel Castro, Frantz Fanon ou pela guerra de independência da Argélia viam Khomeini como um combatente contra a injustiça, o capitalismo e o imperialismo ocidental. Clérigos xiitas de baixo escalão o viam como a autoridade tran-

sitória da religião sobre uma sociedade modernizante. Opositores de classe média da dinastia Pahlavi, que havia governado o país desde os anos 1920, viam Khomeini como alguém que traria a liberdade, combateria a corrupção e bloquearia os comunistas. Nacionalistas liberais da velha guarda consideravam-no um instrumento útil na tentativa de unir a nação, livrar-se do xá e restaurar o Estado de direito e a independência do Irã. As classes mais baixas, que demoraram para aderir ao movimento, por fim saudaram Khomeini como o “Imã”, o há muito esperado salvador que melhoraria suas condições de vida e garantiria sua salvação.

Enquanto esses seguidores criavam fantasias sobre quem Khomeini era e o que faria por eles, ele planejava reprimir a liberdade individual. Assim como a URSS havia se dedicado à criação de um novo *homo sovieticus*, Khomeini assumiu como objetivo a criação de um novo *homo islamicus* em uma sociedade purificada. Esse era o verdadeiro coração de sua missão e definia seu caráter totalitário moderno. Alegava possuir um mandato dividido para governar e relegou à vontade popular um papel secundário, na melhor das hipóteses.⁶

A constituição que Khomeini e seus aliados criaram para a República Islâmica em 1979 estabelece um regime absolutista cujas forças armadas, tribunais e imprensa estão sujeitas à autoridade direta do líder supremo não eleito. O documento também cria um sistema para triar e vetar candidatos que transforma eleições em um mecanismo de cooptação, útil para controlar a competição dentro da oligarquia governista, mas propositalmente incapaz de produzir um resultado verdadeiramente democrático. Os grandes aiatolás que se opuseram à versão politizada do Islã de Khomeini foram silenciados, colocados em prisão domiciliar ou expulsos por promover um “Islã americano”. A cisão entre os clérigos sobre a legitimidade religiosa do projeto de Khomeini não arrefeceu. Ao longo das décadas, levou a um aprofundamento do desejo por reformas.

Khomeini revelou a verdadeira natureza de seu projeto assim que começou a enfrentar resistência, o que aconteceu muito rapidamente. As mulheres foram às ruas protestar contra o código de vestimenta e outras formas de discriminação. Não muito tempo depois, os curdos, turcomanos, sunitas e revolucionários de esquerda pegaram em armas contra a teocracia emergente. A liberdade de imprensa foi suspensa em agosto de 1979. Em dezembro, todo o Azerbaijão iraniano se rebelou contra a constituição despótica, sendo reprimido com a cumplicidade de forças “islamomaxistas” e “anti-imperialistas” (pró-soviéticas). Vigilantes que contavam com o apoio do regime começaram a aterrorizar o povo do Irã. Seguindo os passos dos jacobinos e de Lênin, Khomeini criou tribunais para aniquilar sumariamente dissidentes, bem como comitês revolucionários para fiscalizar todos os cidadãos.

No final de 1985, após milhares de execuções sumárias e extrajudiciais, todas as forças políticas anteriores à revolução islâmica haviam sido desmanteladas e seus líderes silenciados, presos, exilados ou mortos. Quase dois milhões dos cidadãos mais ativos e educados haviam deixado o Irã. Milícias e grupos paramilitares garantiam o cumprimento das restrições culturais de Khomeini. A polícia moral invadiu as vidas privadas dos cidadãos. O partido (comunista) pró-soviético Tudeh apoiou o regime, que desapropriava a riqueza, confiscava bancos e estatizava indústrias para transformar o Irã em um Estado socialista.

Quando Khomeini faleceu aos 86 anos, em junho de 1989, o regime conseguiu realizar uma transferência pacífica de poder para seu sucessor Khamenei. Embora fosse não ortodoxa, quase herética, a nova ideologia islâmica provou-se capaz de sobreviver à morte de seu carismático inventor. Mas a onda de execuções extrajudiciais lançada pelas autoridades quando o fim de Khomeini se aproximava contava outra história. A matança continuou e, após uma década de governo de

Khomeini, mais de três mil prisioneiros políticos haviam sido assassinados e centenas de intelectuais dissidentes e opositores, exilados. Se os inimigos da revolução islâmica haviam sido derrotados, por que o regime parecia tão ansioso por varrer poetas e escritores, acadêmicos do antigo Irã, líderes nacionalistas não violentos e isolados, padres cristãos e cidadãos *bahá'í*?

O que conectava as vítimas era que, ao exigir liberdade de pensamento, haviam explicitamente rejeitado o ideal do *homo islamicus* estabelecido pela República Islâmica. Não eram capazes de derrotar politicamente o regime, mas sua mera existência sugeria um fracasso do regime. Isso os tornava ainda mais subversivos e “objetivamente” perigosos numa época em que o regime se deparava com uma crise ideológica dupla, ainda invisível, que se desenrolava na própria estrutura de poder.

Pouco mais de uma década após a fundação da República Islâmica, o componente ideológico revolucionário socialista leninista naufragava. Isso era verdade não apenas pelo fracasso das economias socialistas, mas também porque a *glasnost* e a *perestroika* da URSS, na época governada por Mikhail Gorbatchov, haviam começado a minar as convicções ideológicas de esquerda entre os apoiadores de Khomeini. Em janeiro de 1989, Khomeini escreveu uma carta ao líder soviético (no poder desde 1985), aconselhando-o a não recorrer a remédios ocidentais para os problemas econômicos e sociais do comunismo soviético. O verdadeiro objetivo, insistiu o aiatolá, era “ao ‘derrubar o muro’ das ilusões marxistas, não ser aprisionado pelo Ocidente e o Grande Satã”.⁸

Khomeini nunca havia sentido a necessidade de escrever a um oficial soviético de alto escalão criticando a guerra comunista contra Deus, mas a ideia de soviéticos se aproximando de hábitos ocidentais pôs fim ao silêncio do aiatolá. Khomeini não via problema em o comunismo negar a liberdade das pessoas; sua objeção era simplesmente

fazê-lo em nome do materialismo histórico. Por Ocidente e o Grande Satã, Khomeini se referia — em um nível mais profundo — aos princípios da democracia liberal.

A ameaça do reformismo xiita

O segundo e ainda maior componente da crise ideológica da República Islâmica veio não de fora das fronteiras iranianas, mas de dentro do próprio regime. Clérigos revolucionários e intelectuais islâmicos desiludidos lideraram essa crise. Tradicionalistas nos influentes seminários xiitas do Irã há muito criticavam a ideologia de Khomeini do ponto de vista do antigo e tradicional “quietismo xiita”, segundo o qual religiosos devem se abster de envolvimento com assuntos políticos, o oposto da ideia de um Islã político em que religião e política são indissociáveis.

Uma importante figura entre esses clérigos que se opunham ao projeto teológico-político de Khomeini desde o início era o ilustre acadêmico Mehdi Haeri Yazdi, filho do fundador da Escola de Qom (o principal centro de estudos islâmicos do Irã) e discípulo de Khomeini, mas também da filosofia ocidental (com foco especial no pensamento de Immanuel Kant). Haeri Yazdi expôs o sofisma terminológico de Khomeini e a nulidade de seus argumentos religiosos de tutela absoluta.⁹ Inspirado por seu próprio entendimento clássico dos ensinamentos do Alcorão, Haeri Yazdi restaurava o indivíduo autônomo com livre-arbítrio como um postulado necessário tanto para o Islã enquanto religião como para as bases do corpo político.

Seu forte posicionamento contra a teoria política de Khomeini e outras políticas do regime fizeram com que Haeri Yazdi fosse posto em prisão domiciliar de 1980 a 1983. Suas críticas à tutela absoluta foram publicadas no Ocidente em farsi em 1995 e disponibilizadas ao público em geral. O que diferenciava Haeri Yazdi dos aiatolás que-

tistas tradicionais era o fato de ele abordar o desafio da modernidade e, com base em princípios xiitas, elaborar uma teoria política democrática.

A refutação teológica moderna de Haeri Yazdi não era apenas uma contestação religiosa da ideologia do Estado iraniano pós-revolução. No final dos anos 1980, uma revolta estava se formando entre os proponentes de um Islã político revolucionário. Um desses militantes islâmicos era Abdolkarim Soroush, que no início dos anos 1990 rejeitou a validade do conceito de tutela absoluta e até mesmo questionou o monopólio clerical da interpretação religiosa.¹⁰ Soroush não era um clérigo, mas havia sido um protagonista da revolução cultural islâmica e era um importante intelectual público com grande audiência entre os estudantes muçulmanos.

Outro teólogo reformista, o antigo clérigo revolucionário Mohsen Kadivar, argumentava que o Alcorão não é um “livro jurídico”, mas um livro de guia espiritual. Os métodos de governo de Maomé, argumentava Kadivar, deveriam ser vistos como apropriados aos tempos de Maomé — a alvorada do Islã, catorze séculos atrás —, mas não necessariamente à nossa época. Para se opor ao Deus violento e rancoroso do regime de Khomeini, Kadivar cunhou o termo “Islã misericordioso”, que reconhece a completa liberdade individual de pensamento e consciência e proíbe qualquer punição neste mundo para a blasfêmia ou a apostasia.¹¹

Outro antigo proponente de um Islã político, o teólogo dissidente Mohammad Mojtabeh Shabestari, propunha uma nova maneira de ler textos religiosos que defendia o individualismo moderno, a democracia e os direitos humanos. A despeito de sua ausência nos textos islâmicos, escreve ele, esses conceitos são úteis à ideia de justiça natural que, de acordo com os ensinamentos islâmicos, é o objetivo maior do corpo político.¹²

O fracasso da presidência reformista de Mohammad Khatami (1997-2005), seguido da repressão brutal do movimento Revolução Verde — a última tentativa coletiva de encontrar a face humana do Islã — pelo regime em 2009 convenceu Soroush, Kadivar e muitos outros clérigos e intelectuais menos conhecidos de que a democracia religiosa em que acreditavam era uma ilusão. Essas figuras discordavam entre si sobre importantes questões teológicas, mas tinham as mesmas visões sobre humanidade e sobre o papel da religião na esfera pública. De acordo com a visão correta do Islã, defendiam, os domínios da política e da religião não se misturam. Deus criou os humanos com autonomia e livre-arbítrio, nomeou-os seus representantes na Terra e dotou-os de razão natural suficiente para lidar com os assuntos mundanos. Se definirmos secularismo como um ponto de vista que não é antirreligioso, mas que separa a religião da esfera política e demanda que o Estado seja neutro em questões religiosas, estamos atualmente vivendo o desenvolvimento de uma teologia liberal secular favorável à democracia dentro do Islã xiita.

Embora muitos clérigos iranianos sejam abertamente apolíticos, apenas alguns são abertamente reformistas. Como esses poucos podem oferecer um contrapeso aos muitos ideólogos do regime, com seu vasto financiamento e acesso à imprensa estatal? Como no resto do mundo, as redes sociais são amplamente usadas no Irã. Ideias circulam e alcançam seminaristas xiitas. Tanto quietistas tradicionais como reformistas modernos são recrutados a partir das escolas religiosas do Irã. Desde 2012, o líder supremo Khamenei vem constantemente brandando contra o secularismo nos seminários e condenou forças que, segundo ele, estariam tentando separar essas instituições do governo da República Islâmica. Outros aiatolás influentes do regime falaram repetidas vezes sobre a influência que a teologia xiita reformista exerce nos seminários e lamentaram a moda entre jovens seminaristas de professar sua falta de interesse na política.

Ideias liberais seculares e as controvérsias em torno delas possuem um alcance para além das escolas religiosas. Clérigos refratários pregam a teologia liberal ao público. Em janeiro de 2019, o Tribunal Clerical Especial excomungou Hasan Aghamiri, também conhecido como o “clérigo do Telegram”, por seu uso daquele aplicativo de mensagens criptografadas. Ele também recebeu uma sentença de prisão de dois anos, com suspensão condicional. Seu verdadeiro crime foi o uso de seus talentos consideráveis de pregação para promover o “Islã misericordioso” de Kadivar. Aghamiri tem cerca de duzentos mil seguidores no Telegram e 2,3 milhões no Instagram. O Islã misericordioso é importante o bastante para o líder supremo Khamenei atacá-lo diretamente. Em discurso em 11 de julho de 2015, Khamenei fez um alerta a estudantes universitários: “Às vezes, palavras de ordem entoadas parecem islâmicas, mas seu conteúdo não é islâmico”. O Islã misericordioso é uma dessas palavras, continuou: “O termo ‘Islã misericordioso’ é uma palavra-chave para conceitos baseados no liberalismo, ou o que é chamado de liberalismo no Ocidente”. No mesmo discurso, Khamenei associou “Islã misericordioso” a “valores americanos”, ou seja, aqueles consagrados na Declaração de Independência e promovidos por “George Washington, seus assessores e sucessores”.¹³

A essência da versão do Islã do regime é negar o indivíduo autônomo, enquanto a essência do “Islã americano” é afirmar o indivíduo e o livre-arbítrio desse indivíduo. A teologia liberal xiita possui o mérito de forçar o islamismo revolucionário a revelar seu fracasso em produzir uma teoria alternativa de Estado e uma sociedade capaz de se contrapor ao modelo liberal-democrático.

Por que os seminaristas estão se distanciando do regime e prestando atenção a um punhado de teólogos liberais? É porque os seminaristas temem que os iranianos estejam perdendo a fé no Islã. Essa alienação tem crescido desde o início da República Islâmica. Em 2000, uma pesquisa oficial mostrou que 75% de todos os iranianos e 86%

dos estudantes não tinham o hábito de rezar. Em 2009, metade das mesquitas do país haviam se tornado inativas.¹⁴

O crescimento de outras crenças

A sociedade iraniana não espera que a teologia xiita oficial se reforme. Em uma forma de dissidência altamente subversiva, mas ainda pouco percebida, um número considerável de pessoas vem escolhendo outras alternativas espirituais. Várias vertentes de misticismo — algumas tradicionais, algumas modernas, algumas islâmicas, outras não — têm atraído muitos seguidores.

À medida que as mesquitas se esvaziam, centros de oração sufistas vêm atraindo público. Os serviços de inteligência do regime alertam que antigos militantes do Hezbollah desiludidos vêm sendo atraídos por denominações sufistas.¹⁵ A única ordem ativa abertamente sufista, a dos dervixes de Gonabadi (que alega ter quatro milhões de seguidores), tem sido vítima de repressões violentas desde meados dos anos 1990. Seu website (*majzooban.org*) promove os ensinamentos do teólogo reformista e defensor dos direitos humanos Shabestari. O fechamento e a destruição de centros de oração em Gonabadi, a prisão e a perseguição de seu líder espiritual Nur Ali Tabandeh e as prisões, espancamentos e execuções sofridos pelos devotos de Gonabadi revelam um regime que ataca ao perder seus seguidores mais fervorosos para um tipo espiritual e não legalista de Islã.

Ver as pessoas abandonarem a ortodoxia oficial para uma forma tradicional de Islã espiritual com uma longa história no país não é o único desafio que a República Islâmica enfrenta na frente religiosa. Outros iranianos estão abandonando por completo o Islã. Relatos de recém-convertidos sugerem que buscam um Deus carinhoso e pacífico para substituir o Deus violento e vingativo promovido pelo regime.¹⁶ O Irã atual apresenta a taxa mais alta de cristianização do mundo; exe-

cuções extrajudiciais de pastores cristãos, restrições às atividades de igrejas e prisões e perseguições a recém-convertidos não impediram essa tendência.¹⁷

Em 1979, havia cerca de quinhentos cristãos iranianos de origem muçulmana xiita.¹⁸ É difícil obter números precisos, mas, em 2005, o especialista em demografia cristã Patrick Johnstone estimou que esse número girava em torno de quarenta mil.¹⁹ Hoje, apenas uma década e meia mais tarde, o número total de cristãos no Irã (incluindo convertidos, assim como membros de minorias cristãs tradicionais) é estimado em cerca de um milhão de pessoas, de uma população total de aproximadamente 83 milhões.²⁰

Estatísticas sobre os que simplesmente abandonaram as religiões organizadas — seja optando por uma forma geral e sem filiação religiosa de teísmo, agnosticismo ou ateísmo — são ainda mais difíceis de se obter do que o número de convertidos ao cristianismo. Em novembro de 2019, a página do Facebook dos “iranianos ateus e agnósticos” tinha cerca de 192 mil seguidores. Embora não haja estatísticas sobre a conversão de muçulmano para *bahá’i* no Irã, a perseguição incessante do regime a essa pacífica minoria pode sinalizar o temor de seu forte apelo religioso. Atualmente com milhões de devotos pelo mundo, a fé *bahá’i* é de origem iraniana, tendo começado entre dissidentes xiitas na Pérsia do século 19. Em nítido contraste com o que prega a República Islâmica, as crenças bahaístas afirmam a igualdade de gênero, a separação da autoridade política da religiosa e uma organização da religião democrática e não clerical.

A fascinação dos iranianos com o zoroastrismo, a religião pré-islâmica da antiga Pérsia, é outro fenômeno preocupante para o regime. A República Islâmica financia seminários e publicações para contrapor a tendência entre os iranianos de buscar sua identidade nacional entre as glórias da Pérsia pré-islâmica. Perto do fim de outubro de 2016, milhares de pessoas se reuniram no centro-sul do Irã perto da tumba de

Ciro, o Grande, fundador do primeiro Império Persa. Lá, celebraram o feriado anual não oficial que o homenageia, entoando palavras de ordem como “o Irã é nosso país, Ciro é nosso pai”. Um clérigo de alto escalão do regime condenou os participantes do encontro, questionando como ousavam “se reunir perto da tumba de Ciro e usar as mesmas expressões [sobre Ciro] que utilizamos para nosso líder supremo”.²¹ Desde então, o regime proibiu esse encontro anual.

Khomeini aboliu a legislatura existente no Irã, substituindo a Assembleia Nacional e o Senado pela Assembleia Consultiva Islâmica e doze membros do Conselho de Guardiões. A mudança de adjetivos não foi por acaso: Khomeini colocava a identidade nacional iraniana bem atrás da identidade islâmica. Iranianos que buscam resgatar aquela identidade nacional são outro indicador da crise ideológica do regime.

Rejeitando a República Islâmica

A crise se revelou nas ruas entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, quando protestos se espalharam por oitenta cidades iranianas. Imãs responsáveis pelas orações de sexta-feira tiveram seus escritórios incendiados, assim como o quartel-general da propaganda do governo. Pessoas entoavam palavras de ordem condenando o modo como o regime trata dos problemas sociais, econômicos e culturais da nação. Manifestantes deixaram claro que rejeitavam por completo a ideologia do regime com slogans como “morte à *velayat-e faqih*”, “o Líder tornou-se um Deus, enquanto as pessoas pedem esmolas” e “nosso inimigo é interno, mentem quando dizem que é a América”. Demandas por uma república secular ou até mesmo pelo retorno da monarquia também foram ouvidas. Em fevereiro de 2018, houve um enorme confronto de rua entre forças de segurança e sufistas de Gonabadi que protestavam contra a prisão de Tabandeh e detenções arbitrárias de outros sufistas.

Desde 1979, as mulheres vêm enfrentando o governo totalitário. Receberam multas, insultos, açoitamento, sentenças de prisão e até pena de morte por terem insistido em sua dignidade e seus direitos. Atualmente, algumas desafiam abertamente o código de vestimenta do regime, removendo seus véus afrontando forças de segurança. Ao deixar o véu de lado, mostram que não aceitam a legitimidade reivindicada pelo regime para interpretar a religião em seu lugar ou impor a elas uma regra religiosa. Nas ruas do Irã, essas mulheres encarnam as ideias de liberdade de pensamento e do princípio de separação entre religião e autoridade civil.

Observando para onde apontam essas palavras e ações radicais, e atendendo às demandas populares pelo fim do governo teocrático, os defensores dos direitos civis e humanos do Irã buscaram dar uma voz clara ao movimento. Após a onda de protestos de 2017-18, quinze importantes dissidentes (alguns na prisão ou em exílio) emitiram um comunicado pedindo um referendo popular para assegurar uma transição pacífica para um “regime parlamentarista democrático secular”. Em junho de 2019, catorze ativistas incitaram as pessoas a demandar a renúncia de Khamenei e a elaboração de uma nova constituição. Em agosto de 2019, catorze ativistas, em nome dos direitos das mulheres, culpavam o regime por suas leis discriminatórias contra as mulheres e demandaram uma democracia secular. Também se dirigiram não às autoridades, mas ao povo do Irã. Pouco tempo depois, catorze ativistas mulheres em exílio assinaram uma declaração em apoio às mulheres do Irã, jurando fazer com que suas vozes sejam ouvidas pelo mundo. Desde então, internautas iranianas — a língua persa segue sendo a terceira mais usada na internet — lançaram uma campanha de apoio chamada “sou a décima quinta”.

No conjunto, os desdobramentos religiosos e ideológicos brevemente descritos aqui sugerem que mudanças culturais e ideológicas estão em curso no Irã, e vêm ocorrendo desde muito antes da última

onda de protestos. A única resposta do regime, no entanto, mesmo com o país mudando debaixo de seu nariz, é repressão severa. Isso pode suprimir cidadãos revoltados por um tempo, mas também intensifica sua raiva e os leva a ter comportamentos que, embora menos visíveis, serão mais radicais e subversivos.

A repetição de manifestações populares em massa, como a onda de protestos que ocorria quando este ensaio estava sendo escrito, no fim de 2019, é um sintoma de um afastamento radical da sociedade iraniana da ideologia e do regime fundado pelo Aiatolá Khomeini. O que ocorreu nas orações oficiais de sexta-feira em 16 de março de 2018 em Isfahan, a terceira maior cidade do Irã, evidencia esse afastamento. Os congregantes — muitos deles agricultores, furiosos com a inação do governo diante da seca — deram as costas para o pregador apoiado pelo regime e cantaram “costas ao inimigo, face à pátria”.²² Chamar abertamente o regime de “inimigo” e apelar, por contraste, à “pátria” é mais um sinal de que o povo iraniano está começando a ver a República Islâmica como um ocupante externo impondo uma ideologia estranha.

Nas últimas quatro décadas, o Irã tem sido o crivo do terceiro maior desafio ideológico do mundo (após o fascismo e o comunismo) à democracia liberal. Em 1906, a era política moderna do Irã começou com a Revolução Constitucional, que pode ser entendida como uma tentativa de importar uma visão protodemocrática em uma monarquia tribal tradicional com um clero estabelecido. Aquele projeto, embora tenha tido algum apoio religioso do Irã, acabou fracassando, abrindo caminho primeiro para a autocracia da dinastia Pahlavi e, então, quando foi deposta no final dos anos 1970, para a República Islâmica.

A atual busca por muitos iranianos de alternativas ao severo islamismo da República Islâmica, como o xiismo liberal, sufismo, bahaísmo, cristianismo, agnosticismo ou ateísmo, sinaliza que o Irã pode estar trilhando um novo caminho. Esse caminho o está levando a se

tornar a primeira sociedade de maioria muçulmana a embutir no tecido espiritual, social e intelectual o princípio de separação entre religião e Estado característico da visão liberal-democrática — e a fazê-lo por um processo que vem mais plenamente “de dentro” do que de fora. Ironicamente, a própria República Islâmica tem sido a força por trás desse processo, impondo uma resposta democrática inédita a suas pretensões totalitárias. Se o processo for bem-sucedido — e sinais, tanto dramáticos quanto sutis, sugerem que está sendo bem-sucedido nos corações e mentes de iranianos, que demandam liberdade frente ao governo autoritário de Khomeini e seus sucessores —, poderá dar força à causa liberal-democrática global.

Notas

A autora gostaria de agradecer a Jérémie Langlois por sua ajuda com a pesquisa na preparação deste ensaio.

1. Em 1º de fevereiro de 1979, Khomeini voou de volta ao Irã de seu exílio na França. Em 1º de março, disse: “O que a nação quer é uma república islâmica; não meramente uma república; nem uma república democrática ou uma república democrática islâmica. [...] Essa forma [a forma democrática] é uma noção ocidental e não queremos uma forma ocidental”. Em 9 de março, acrescentou: “Não aceitem aqueles que, segurando suas canetas carregadas de veneno, falam de coisas como (sistemas) ‘nacionais’ e ‘democráticos’ e escrevem contra o Islã. Queremos uma (república) islâmica; a nação quer o Islã. [...] Nossa nação deseja de forma unânime uma república islâmica”. *Sahifeh-ye Imam: An Anthology of Imam Khomeini's Speeches, Messages, Interviews, Decrees, Religious Permissions, and Letters*, Volume 6, 29 jan.-12 abr. 1979 (Tehran: Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini's Works, 2014), pp. 244, 309. Disponível em: <<http://staticsml.imam-khomeini.ir/en/File/NewAttachment/2014/1700-Sahifeh-ye%20Imam-Vol%206.pdf>>.

2. O preâmbulo da Constituição de 1979 diz que, além da missão de defesa nacional, as forças armadas da República Islâmica “serão responsáveis [...] também por cumprir a missão ideológica do *jihad* no caminho de Deus, ou seja, estender a

soberania da lei de Deus pelo mundo”. Ver a tradução não oficial para o inglês em <http://www.servat.unibe.ch/icl/ir00000_.html>. Nos anos 1980, o presidente do Majlis (Parlamento) Ali Akbar Hashemi disse que o Irã “não tinha a intenção de esconder a exportação da revolução islâmica. A revolução islâmica não restringe sua natureza verdadeira e nobre a fronteiras geográficas”. A citação aparece em Itamar Rabinovich; Haim Shaked (Org.), *Middle East Contemporary Survey*, Volume IX, 1984–85 (Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 1987), p. 151.

3. Em 3 de fevereiro de 1979, Khomeini disse: “O Islã considera todas as facetas da vida humana [...]. O Islã é uma religião de política. Ele inclui um governo”. *Sahifeh-ye Imam*, v. 6, p. 41.

4. Em 1º de março de 1979, Khomeini disse: “O Ocidente nos humilhou, abalou nossa moral e nos tornou ocidentalizados. Erradicaremos essa ocidentalização. Juntos com a nação iraniana e seu apoio, apagaremos todos os traços de ocidentalização, todos seus vestígios corruptos — não seus aspectos civilizados —, toda sua moral corrupta, suas canções ocidentais desprezíveis. Criaremos um país ‘maometano’”. *Sahifeh-ye Imam*, v. 6, pp. 242-43.

5. O papel da religião e do clero na política nunca foi entendido como algo “óbvio” na teologia xiita. A ideia de conceder a autoridade política suprema para um guardião clerical foi do próprio Khomeini, de maneira espontânea e sem precedente. Ver Said Amir Arjomand, *The Shadow of God and the Hidden Imam: Religion, Political Order, and Societal Change in Shi'ite Iran from the Beginning to 1890* (Chicago: University of Chicago Press, 1984), pp. 268-70. Ver também Mohsen Kadivar, *Andishe Siyasi dar Eslam* [Pensamento político no Islã], v. 1, *Nazariyyeh-ha-ye Dawlatt dar Fiqh-e Shi'a* [Teorias do Estado no direito canônico xiita], 1ª ed. (Teerã: Nashr-e Nay, 1998), pp. 24-25. Por fim, Said Amir Arjomand, *The Turban for the Crown: The Islamic Revolution in Iran* (Nova York: Oxford University Press, 1988), p. 156, observa que “objeções doutrinárias ao *velayat-e faqih* foram feitas pelos Grandes Aiatolás Kho'i, Qomi e Shari'at-madri [...] e pelos Aiatolás Baha' al-Din Mahallati, Sadeq Ruhani, Ahmad Zanjani, Ali Tehrani e Morteza Ha'eri Yazdi”.

6. Em 5 de fevereiro de 1979, Khomeini disse: “Aquele que designei [primeiro-ministro interino, Mehdi Bazargan] precisa ser obedecido. A nação precisa obedecê-lo. Esse não é um governo comum, é um governo canônico. Oposição a esse governo é oposição ao direito canônico e equivale a uma rebelião contra a religião. Rebelião contra a religião é punida severamente em nossas leis e jurisprudência. Alerto aqueles que possam considerar tal ideia de sabotar [este governo] e, Deus me livre, ensaiar

uma revolta contra este governo. Declaro que a punição a esses elementos na jurisprudência islâmica é bastante severa. Rebelião contra este governo é uma rebelião contra Deus”. *Sahifeh-ye Imam*, v. 6, p. 54.

7. Religião monoteísta de origem persa. (N. T.)

8. De fato, Khomeini nunca havia enviado uma mensagem escrita para qualquer líder estrangeiro, e não enviaria outra (ele morreu no início de junho de 1989). A carta, datada de 1º de janeiro de 1989, pode ser encontrada em *Sahifeh-ye Imam: An Anthology of Imam Khomeini's Speeches, Messages, Interviews, Decrees, Religious Permissions, and Letters*, v. 21, 21 mar. 1988-5 jun. 1989 (Teerã: Instituto para a Compilação e Publicação dos Trabalhos do Imã Khomeini, 2014), pp. 217-27.

9. Ver Fatimah Jaffer, “Mehdi Haeri Yazdi, An Insight into His Intellectual and Political Philosophy”. Center for Islamic Shi'a Studies Research Series, n. 4, fev. 2018. Disponível em: <<http://shiastudies.org/docs/pdfs/mehdi-haeri-yazdi--an-insight-into-his-intellectual-and-political-philosophy>>.

10. Sobre Soroush, ver Valla Vakili, “*Debating Religion and Politics in Iran: The Political Thought of Abdolkarim Soroush*”. Occasional Paper Series, n. 2, Council on Foreign Relations, jan. 1997.

11. Ver Mohsen Kadivar, citado em inglês por Mahmoud Sadri, “Sacral Defense of Secularism: The Political Theologies of Soroush, Shabestari, and Kadivar”. *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 15, n. 2 (Winter 2001): 265. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.485.7599&rep=rep1&type=pdf>>. Para uma seleção dos textos de Kadivar em inglês, ver <<https://en.kadivar.com/>>.

12. Ver Mohammad Mojtahed Shabestari, “Why Islam and Democracy Go Well Together”. Entrevista com Jan Kuhlmann, Qantara, 6 jul. 2012. Disponível em: <<https://en.qantara.de/content/interview-with-mohammad-mojtahed-shabestari-why-islam-and-democracy-go-well-together>>.

13. O discurso de Khamenei aparece no original em farsi em <<http://farsi.khamenei.ir/speech-content?id=30255>>. A tradução para o inglês é de Ladan Boroumand.

14. Misagh Parsa, *Democracy in Iran: Why It Failed and How It Might Succeed*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 313.

15. Em um discurso de 1996 na Universidade Bu-Ali Sina em Hamadã, Irã, o então vice-ministro de Inteligência Saeed Emami disse: “Uma dessas [classes de grupos dissidentes anti-República Islâmica] possui denominação religiosa. Por exemplo, os pensamentos dervixes, que são ideias horrendas e estão crescendo no país. Há pessoas muito corruptas entre eles, e prendemos muitos deles. [...] Estavam atraindo a juventude do Hezbollah, em particular”. Para o áudio original desse discurso, visite <https://www.youtube.com/watch?v=Y61TehH_9GI>. A passagem citada aqui foi traduzida para o inglês por Ladan Boroumand.

16. Mustafa Akyol, “How Islamism Drives Muslims to Convert”. *New York Times*, 25 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/25/opinion/islam-conversion.html>>.

17. Em 2014, Mark Bradley estimou que as conversões para o cristianismo no Irã estavam crescendo a uma taxa anual de 19,6%. Ver Bradley, *Too Many to Jail: The Story of Iran's New Christians* (Oxford: Monarch, 2014), p. 36. Ver também Stoyan Zaimov, “Iran Is Witnessing ‘One of Fastest Growing Church Movements,’ but Christians Face Intense Persecution”. *Christian Post*, 16 out. 2018. Disponível em: <<https://www.christianpost.com/news/iran-is-witnessing-one-of-fastest-growing-church-movements-but-christians-face-intense-persecution.html>>.

18. Jason Mandryk, *Operation World: The Definitive Prayer Guide to Every Nation*, 7ª ed. Colorado Springs: Biblica, 2010, p. 465.

19. Duane Alexander Miller, “Power, Personalities and Politics: The Growth of Iranian Christianity Since 1979”. *Mission Studies*, v. 32, n. 1 (abr. 2015), p. 71.

20. Para uma estimativa estatística de 2014 dos cristãos de origem muçulmana no Irã variando entre 100 mil e 370 mil, ver Bradley, op. cit., cap. 1. Em 2015, Duane Alexander Miller e Patrick Johnstone estimaram o número de COM (“cristãos de origem muçulmana”) no Irã entre 100 mil e 500 mil. Ver Duane Alexander Miller; Patrick Johnstone, “Believers in Christ from a Muslim Background: A Global Census”. *Interdisciplinary Journal of Research on Religion*, v. 11, art. 10 (2015), p. 8. Disponível em: <<http://www.religjournal.com/pdf/ijrr11010.pdf>>. Em 2019, Open Doors USA, uma ONG dedicada a combater a perseguição de cristãos, estima a população cristã total do Irã (nem todos sendo COM pois, historicamente, minorias cristãs existem há muito tempo no Irã). Ver <<https://www.opendoorsusa.org/christian-persecution/world-watch-list/iran>>.

21. “Iranians Arrested After Celebrating Ancient Persian King Cyrus the Great”. *Reuters*, 31 out. 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-iran-rights-history-idUSKBN12V174>>.

22. “Isfahan Farmers Protest and Mock Friday Prayers”. *Radio Farda*, 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://en.radiofarda.com/a/isfahan-farmers-friday-prayers/29105705.html>>.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>